

**No. 47510**

—  
**Brazil**  
**and**  
**United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to avoid the double taxation of profits derived from shipping and air transport. Brasilia, 27 July 2005**

**Entry into force:** *22 July 2008 by notification, in accordance with article 6*

**Authentic texts:** *English and Portuguese*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 4 May 2010*

—  
**Brésil**  
**et**  
**Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord**

**Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord en vue d'éviter la double imposition des bénéfices provenant de l'exploitation des transports maritimes et aériens. Brasilia, 27 juillet 2005**

**Entrée en vigueur :** *22 juillet 2008 par notification, conformément à l'article 6*

**Textes authentiques :** *anglais et portugais*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 4 mai 2010*

[ ENGLISH TEXT – TEXTE ANGLAIS ]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF  
BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN  
AND NORTHERN IRELAND TO AVOID THE DOUBLE TAXATION OF PROFITS  
DERIVED FROM SHIPPING AND AIR TRANSPORT

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the United Kingdom of Great Britain and  
Northern Ireland  
(the “Contracting States”),

Considering the interest in encouraging maritime transport and  
commercial aviation between the Federative Republic of Brazil (“Brazil”) and the  
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (the “United Kingdom”);

Having regard to the need to avoid the double taxation of profits  
derived from shipping and air transport;

Recognising that the exemption from taxation on income and profits  
referred to in Article 2 below was introduced into the law of the United Kingdom  
of Great Britain and Northern Ireland pursuant to an Order of 8 April 1968,  
implementing the provisions of the United Kingdom-Brazil Agreement through  
Exchange of Notes for the Avoidance of Double Taxation on Profits derived from  
Shipping and Air Transport signed on 29 December 1967, in force with effect from  
1 January 1967,

Have agreed as follows:

ARTICLE 1

The Government of the Federative Republic of Brazil shall exempt all  
income derived from the business of shipping and air transport in international  
traffic by United Kingdom undertakings engaged in such business from all taxes  
which are covered by the federal income tax law as well as any similar federal  
taxes or contributions on income or profits which are, or may become, chargeable  
in Brazil. These include corporate income tax (IRPJ) and Social Contribution on  
Corporate Net Profits (CSLL).

ARTICLE 2

The Government of the United Kingdom shall exempt all income derived from the business of shipping and air transport in international traffic by Brazilian undertakings engaged in such business from income tax and corporation tax as well as any other taxes or contributions on income or profits which are, or may become, chargeable in the United Kingdom.

ARTICLE 3

For the purposes of this Agreement:

- a) The expression “Brazilian undertakings” means the Government of Brazil and companies managed and controlled in Brazil, provided that they are established in accordance with Brazilian law and have their Head Offices in Brazil;
- b) The expression “United Kingdom undertakings” means the Government of the United Kingdom and companies managed and controlled in the United Kingdom, provided that they have their Head Offices in the United Kingdom;
- c) The expression “business of shipping and air transport” means the business of transporting persons, animals, goods and mail carried on by the owner or charterer of ships or aircraft;

ARTICLE 4

The exemptions provided for in Articles 1 and 2 above shall apply to the income or profits concerned from 1 January 1967.

ARTICLE 5

The provisions of this Agreement shall not affect the Memorandum of Understanding on the Implementation of Reciprocal Tax Exemptions in the sector of Air Transport signed on 9 June 2004.

ARTICLE 6

1. Each Contracting State shall notify the other of the completion of the constitutional formalities required by its laws for the entry into force of this Agreement. This Agreement shall enter into force on the date of the later of these notifications.


2. This Agreement shall remain in force indefinitely, but either Contracting State may terminate it by giving written notice of termination to the other Contracting State six months in advance. In that event the Agreement shall cease to have effect as regards all income arising after 31 December of the calendar year in which the notice is given.

In witness whereof the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed this Agreement.

Done at Brasília this 27<sup>th</sup> day of July 2005, in duplicate, in the Portuguese and in the English languages, both texts being equally authoritative.



FOR THE GOVERNMENT OF THE  
FEDERATIVE REPUBLIC  
OF BRAZIL



FOR THE GOVERNMENT OF THE UNITED  
KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND  
NORTHERN IRELAND

[ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE  
PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS DECORRENTES  
DO TRANSPORTE MARÍTIMO E AÉREO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte  
(os “Estados Contratantes”),

Considerando o interesse em estimular o transporte marítimo e a aviação comercial entre a República Federativa do Brasil (“o Brasil”) e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (“o Reino Unido”);

Tendo em vista a necessidade de evitar a dupla tributação dos lucros decorrentes do transporte marítimo e aéreo;

Reconhecendo que a isenção de tributação sobre receitas e lucros referida no Artigo 2 abaixo foi incorporada à legislação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte de acordo com uma Ordem de 8 de abril de 1968, implementando as disposições do Acordo por Troca de Notas entre o Reino Unido e o Brasil para Evitar a Dupla Taxação de Lucros Decorrentes de Transporte Marítimo e Aéreo, assinado em 29 de dezembro de 1967, vigente e produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1967,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

O Governo da República Federativa do Brasil isentará toda a renda auferida em operações de transporte marítimo e aéreo, no tráfego internacional, por empresas do Reino Unido que exerçam tais atividades, de todos os impostos abrangidos pela legislação do imposto de renda federal assim como de quaisquer impostos federais semelhantes ou contribuições sobre a renda ou lucros que são, ou poderão vir a ser, exigidos no Brasil, aí incluídos o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

## ARTIGO 2

O Governo do Reino Unido isentará toda a renda auferida em operações de transporte marítimo e aéreo, no tráfego internacional, por empresas do Brasil que exerçam tais atividades, do imposto de renda e do imposto de sociedades assim como de quaisquer outros impostos ou contribuições sobre a renda ou lucros que são, ou poderão vir a ser, exigidos no Reino Unido.

## ARTIGO 3

Para os fins deste Acordo:

- a) A expressão “empresas do Brasil” significa o Governo do Brasil e empresas administradas e controladas no Brasil, desde que sejam constituídas de acordo com a legislação brasileira e tenham sua sede no Brasil;
- b) A expressão “empresas do Reino Unido” significa o Governo do Reino Unido e empresas administradas e controladas no Reino Unido, desde que tenham sua sede no Reino Unido;
- c) A expressão “operações de transporte marítimo e aéreo” refere-se a operações de transporte de pessoas, animais, mercadorias e correspondências realizadas pelo proprietário ou fretador das naves ou aeronaves.

## ARTIGO 4

As isenções previstas nos Artigos 1 e 2 acima aplicar-se-ão à renda ou lucros em questão a partir de 1º de janeiro de 1967.

## ARTIGO 5

As disposições deste Acordo não afetarão o Memorando de Entendimento sobre a Implementação de Isenções Tributárias Recíprocas no Setor de Transporte Aéreo, assinado em 9 de junho de 2004.

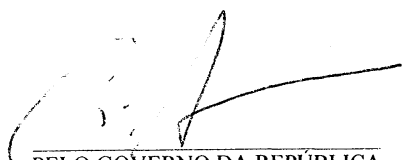
## ARTIGO 6

1. Cada Estado Contratante deverá notificar o outro da conclusão das formalidades constitucionais exigidas por suas leis para a entrada em vigor deste Acordo. Este Acordo entrará em vigor na data da última dessas notificações.

2. Este Acordo permanecerá em vigor indefinidamente, mas qualquer um dos Estados Contratantes poderá denunciá-lo mediante entrega de aviso escrito de denúncia ao outro Estado Contratante com seis meses de antecedência. Nesse caso o Acordo deixará de aplicar-se em relação a qualquer renda auferida após 31 de dezembro do ano calendário em que o aviso tiver sido dado.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para tal fim por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, aos 27 dias de julho de 2005, em duplicata, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim  
Ministro de Estados das  
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DO REINO UNIDO  
DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA  
DO NORTE

Peter Collecott  
Embaixador

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DU ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD EN VUE D'ÉVITER LA DOUBLE IMPOSITION DES BÉNÉFICES PROVENANT DE L'EXPLOITATION DES TRANSPORTS MARITIMES ET AÉRIENS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord (ci-après dénommés « les États contractants »),

Considérant l'intérêt que constitue l'encouragement des transports maritimes et des services aériens commerciaux entre la République fédérative du Brésil (ci-après dénommée « le Brésil ») et le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord (ci-après dénommé « le Royaume-Uni »),

S'agissant de la nécessité d'éviter la double imposition des bénéfices provenant des transports maritimes et aériens,

Reconnaissant que l'exonération de l'imposition des revenus et des bénéfices mentionnée à l'article 2 ci-dessous a été introduite dans la législation du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord conformément à un décret du 8 avril 1968, mettant en œuvre les dispositions de l'Accord entre le Royaume-Uni et le Brésil par un échange de notes en vue d'éviter la double imposition des bénéfices provenant de l'exploitation de transports maritimes et aériens, signé le 29 décembre 1967 et en vigueur à compter du 1<sup>er</sup> janvier 1967,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil exonérera de tous impôts prévus par la législation fédérale relative à l'impôt sur le revenu et de tous autres impôts fédéraux analogues ou autres contributions sur le revenu ou les bénéfices qui sont actuellement ou pourraient ultérieurement être prélevés au Brésil, tous les revenus que les entreprises du Royaume-Uni qui exploitent des transports maritimes et aériens internationaux tirent de cette exploitation. Cela comprend l'impôt sur le revenu des sociétés et la contribution sociale sur les bénéfices nets des sociétés.

*Article 2*

Le Gouvernement du Royaume-Uni exonérera de l'impôt sur le revenu et de l'impôt sur les sociétés ainsi que de tous autres impôts sur le revenu ou les bénéfices qui sont actuellement ou pourraient ultérieurement être prélevés dans le Royaume-Uni, les revenus que les entreprises brésiliennes qui exploitent des transports maritimes ou aériens internationaux tirent de cette exploitation.



*Article 3*

Aux fins du présent Accord :

- a) Par « entreprises brésiliennes », il faut entendre le Gouvernement brésilien et les sociétés dont les affaires sont dirigées ou contrôlées au Brésil, pourvu qu'elles soient constituées conformément à la législation brésilienne et que leur siège se trouve au Brésil;
- b) Par « entreprises du Royaume-Uni », il faut entendre le Gouvernement du Royaume-Uni et les sociétés dont les affaires sont dirigées ou contrôlées dans le Royaume-Uni, pourvu que leur siège se trouve dans le Royaume-Uni;
- c) Par « exploitation des transports maritimes et aériens », il faut entendre l'exploitation du transport de personnes, d'animaux, de biens et de courrier menée par le gérant ou l'affrètement de navires ou d'avions.

*Article 4*

Les exonérations prévues aux articles premier et 2 ci-dessus s'appliqueront aux revenus ou aux bénéficiaires concernés à compter du 1<sup>er</sup> janvier 1967.

*Article 5*

Les dispositions du présent Accord n'auront aucune incidence sur le Mémorandum d'accord relatif à l'exécution d'exemptions fiscales réciproques dans le secteur du transport aérien signé le 9 juin 2004.

*Article 6*

1. Chacun des États contractants avisera l'autre de l'accomplissement des formalités constitutionnelles requises par sa législation pour l'entrée en vigueur du présent Accord. Le présent Accord entrera en vigueur à la date de la dernière notification.

2. Le présent Accord restera en vigueur indéfiniment, mais l'un ou l'autre des États contractants pourra le dénoncer en donnant un préavis écrit de six mois à l'autre État contractant. Dans ce cas, l'Accord cessera de s'appliquer à tous les revenus observés après le 31 décembre de l'année civile pendant laquelle le préavis a été donné.

EN FOI DE QUOI les soussignés, dûment autorisés par leurs Gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

FAIT à Brasilia le 27 juillet 2005 en deux exemplaires en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Pour le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du nord :

PETER COLLECOTT